

TYRANT, SHAKESPEARE ON POLITICS, de Stephen Greenblatt

Leonardo Bérenger Alves Carneiro
(PUC-Rio)

<https://orcid.org/0000-0002-8183-0078>

No início dos anos 2000, o professor norte-americano Stephen Greenblatt parece ter tomado uma decisão em relação à sua já estrelar carreira: deixar de lado um estilo acadêmico e adotar uma escrita mais acessível e popular. Sua *self-fashioning* acadêmica, auxiliada por sua prosa lucidamente conversacional, tem sido um grande sucesso no mercado editorial. Embora não seja exatamente um trabalho popular, seu último livro – *Tyrant, Shakespeare on Politics*, publicado pela W. W. Norton & Company em 2018, ainda sem tradução no Brasil – mostra um Greenblatt convencido de que ao longo da carreira dramática de William Shakespeare (1564-1616), havia uma pergunta que recorrentemente parece ter perturbado o poeta (1564-1616): como é possível que um país inteiro caia nas mãos de um tirano? Questões políticas são mais do que meramente tematizadas na obra do Bardo, defende o historiador norte-americano em *Tyrant*. São as preocupações acerca da anatomia e dinâmica do mau governo, do soberano tirânico, que trazem um sentido de unidade a esse conjunto de peças que formam a shakespeareana. Ainda que produzida em uma época de rigorosa e violenta censura, a obra de Shakespeare, de acordo com Greenblatt, sempre questiona, em maior ou menor grau, a dinâmica do poder tirânico, ilegitimamente estabelecido, além de explorar os traços de personalidade que configuram um tirano.

Assim, é no último capítulo de *Tyrant* que Greenblatt nos lembra de mais um talento extraordinário (além do potente uso do pentâmetro iâmbico) que caracterizava William Shakespeare: o de manter-se longe de problemas. Seu colega Ben Jonson foi preso por ter escrito, em colaboração com Thomas Nashe, a peça supostamente “subversiva” *The Isle of Dogs* (1597). Outro autor contemporâneo seu, Thomas Kyd, recebeu

ordem de prisão, também pela acusação de “subversão”, e acabou sendo interrogado sob tortura na Torre de Londres. Christopher Marlowe, autor de *Doctor Faustus* (1592), foi esfaqueado até a morte por um agente do governo, enquanto transcorriam investigações sobre suas crenças religiosas consideradas “não convencionais”, ou simplesmente católicas. Porém, a despeito de não ter cumprido pena de prisão, de não haver registros de ter sido torturado em masmorras e de não ter sido assassinado em uma “queima de arquivo”, Shakespeare, observa Greenblatt, também chegou a passar por algum constrangimento frente a já idosa Elisabete I, que, ao assistir a uma reestreia na corte de *Ricardo II* (peça provavelmente composta em 1595) em meio à grave crise política de 1603 que envolvia nobres que lhe eram próximos, se vê desconfortavelmente refletida na figura do protagonista, um monarca destronado e assassinado ao final da peça. A profissão de dramaturgo não era, sem dúvida, a mais segura na Inglaterra elisabetana ou jaimesca. No entanto, reforça Greenblatt, *Ricardo II* nem qualquer outro texto shakespeariano foi censurado, apesar de “não haver liberdade de expressão na Inglaterra de Shakespeare, no palco ou em qualquer outro lugar” (GREENBLATT, 2018, p. 2).

A estratégia de “ângulos oblíquos”, como a nomeia Greenblatt, adotada por Shakespeare, já foi largamente debatida por especialistas das mais amplas formações, sobretudo por aqueles próximos às abordagens e práticas críticas do Novo Historicismo, movimento do qual Greenblatt é um dos fundadores: Shakespeare se distanciava histórica e espacialmente para falar de seu tempo e de seu lugar. Se a cena política da Roma de *Júlio César* (1599) era ditada pelas palavras e ações de César, Brutus, Antônio e Cássio, esta mesma Roma poderia ser lida como a própria Inglaterra Tudor, governada por indivíduos que, por detrás da fachada da retórica pública, mostravam-se muitas vezes “inseguros do caminho correto a ser tomado e só parcialmente conscientes do que lhes movia a agir” (GREENBLATT, 2018, p. 151). É nesse aspecto que reside a força do texto de Greenblatt, pois somos levados a testemunhar um movimento de apropriação da técnica shakespeariana pelas mãos de seu crítico, posto que, para além de discutir as forças ideológicas que figuram o “tirano” na obra de Shakespeare, Greenblatt nos convoca a refletir sobre as estratégias retóricas que constroem os “tiranos” de hoje, do século XXI, da América de Trump, do seu tempo e do seu lugar, ou do nosso. Ao lermos seu *Tyrant* no Brasil de Bolsonaro, somos convidados por Greenblatt a associar as *fake news* que transbordam pelos meios digitais, hoje instrumentos decisivos

das campanhas eleitorais, à figura do Rumor em *Henrique IV Parte 2* (1597-98), que dissemina mentiras, espalha “confortos fraudulentos, alarmes falsos” (GREENBLATT, 2018, p. 4), mas que, como nos lembra Greenblatt, impacta frontalmente a configuração política da nação, remodela jogos de forças, ajuda, em última instância, o próprio tirano a alçar-se ao poder. Se o Novo Historicismo já havia permitido aos seus entusiastas encontrar em textos literários significados reprimidos que seus autores não haveriam de reconhecer, em *Tyrant* Greenblatt parece acreditar que a obra de William Shakespeare nos diz tanto sobre a política de hoje quanto sobre aquela da virada do século XVI para o XVII.

Qualquer um que tenha se debruçado sobre as primeiras peças históricas de Shakespeare, sobretudo sua trilogia de *Henrique VI* (escrita e encenada na primeira metade da década de 1590), terá o prazer de encontrar em *Tyrant* um relato condensado sobre a conspiração e a traição que as peças dramatizam, incluindo a ascensão aterrorizante e a queda inevitável do rebelde Jack Cade, o típico “idiota útil”, que, de acordo com Greenblatt, apela a um nacionalismo míope e promete “fazer a Inglaterra grande novamente” (GREENBLATT, 2018, p. 41), em imediata alusão à frase de campanha de Donald Trump. As três peças sobre Henrique VI compõem, para o crítico, uma narrativa de “impulsos sádicos” (GREENBLATT, 2018, p. 38) compartilhados por quem ama o poder, e que também funcionam como prelúdio a *Ricardo III*, cujo protagonista, física e moralmente distorcido, tem a habilidade típica do governante tirano “de forçar seu caminho na mente das pessoas ao seu redor” (GREENBLATT, 2018, p. 59). Greenblatt é definitivo sobre a psicopatologia de Ricardo, e dos tiranos em geral: indivíduos a quem “a conquista sexual excita, mas apenas pela prova reiterada de que ele pode ter o que quiser”, que tanto na vida política quanto sexual “sabe que virtualmente todos o detestam”, e que se envolve unicamente pelo “prazer da dominação” do outro, sobretudo das mulheres (GREENBLATT, 2018, p. 54).

Uma premissa que parece acompanhar toda análise de Greenblatt é a noção de que, em Shakespeare, a tirania é uma loucura que se torna eloquência, sedução de multidões pela palavra, por uma retórica perigosa, porque embora envolvente tem motivações perversas. Macbeth pode ser um tirano violento, mas ninguém fala versos mais expressivos do que ele na tragédia que leva seu nome. Leontes, em *O conto do inverno* (1609-11), outro tirano de quem o professor de Harvard se ocupa, transforma a própria linguagem em uma experiência febril de paranoia, aglutinando

aliados, forçando, como Ricardo III, seu caminho na mente das pessoas. Para Greenblatt, Shakespeare dramatiza e busca representar, no palco e na página, o próprio exercício do poder e as maneiras pelas quais sujeitos e colaboradores são discursivamente seduzidos ou entorpecidos por uma vivência de cumplicidade, de reunião em torno de pretensos ideais.

As oito páginas dedicadas a *Júlio César* são um dos pontos altos de *Tyrant*. Nelas, Greenblatt expõe algumas das motivações morais, pessoais e políticas pelas quais Brutus e os demais conspiradores são levados ao decidirem pelo assassinato de César. Aparentemente, seus motivos são salvar a República romana do que eles consideram a tirania do governo individual. Na realidade, para Greenblatt, as coisas são mais complexas, pois Brutus seria incapaz de reconhecer em si mesmo o desejo de proteger e perpetuar a posição de que desfruta como membro proeminente da classe patrícia dominante. O que Greenblatt defende é que, na cena política, o que move seus atores são razões bem mais complexas do que os *slogans* gritados pelas multidões sugerem, e que as consequências de atos de ambição pessoal de governantes podem ter desdobramentos imprevisíveis, que contradizem esses próprios *slogans*. A implicatura de Greenblatt ressoa por toda a análise, incomodando e questionando seu leitor: talvez a América não volte a ser grande com Trump, como a Roma da tragédia de Shakespeare não teve seus ideais republicanos imaculados com o assassinato de César. Quanto a mim, que leio *Tyrant* nos trópicos (cada vez mais tristes), me pergunto que motivações estavam por detrás dos cartazes de “já ir se acostumando”. Sem respostas seguras, resta-me já ir me acostumando ao que parece ser um novo Greenblatt, preocupado não apenas com as forças ideológicas que moldaram os textos que analisa, mas também com a cena política contemporânea.

LIVRO RESENHADO:

GREENBLATT, Stephen. **Tyrant, Shakespeare on Politics**. 1. ed. New York e Londres: W.W. Norton & Company, 2018.

Recebido em: 31/07/2019

Aceito em: 30/11/2019